

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Crislainy Ribeiro Pellegrine

CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL DE JK
A DITADURA MILITAR

Rio de Janeiro

2012

Crislainy Ribeiro Pellegrine

CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL DE JK
A DITADURA MILITAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Rio de Janeiro

2012

Crislainy Ribeiro Pellegrine

CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL DE JK
A DITADURA MILITAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito parcial para
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Filippina Chinelli – EPSJV/FIOCRUZ (orientadora)

Me. Ialê Falleiros Braga – EPSJV/FIOCRUZ (co-orientadora)

Me. André Elias Fidelis Feitosa – EPSJV/FIOCRUZ

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força e paciência para concluir este trabalho. Também agradeço muitíssimo à minha orientadora Filippina, pois sem ela não seria possível realizar esta monografia.

Agradeço às minhas irmãs e aos meus pais pela paciência e compreensão.

Agradeço a todos os meus amigos que também passaram por este momento. São eles: João Paulo, Julia, Anny, Giulia, Thayanne, Marina, Anastácia e muitos outros que não foram citados, mas que me ajudaram bastante, mesmo não agüentando mais o assunto desenvolvimentismo.

RESUMO

Procura apontar a importância da ideologia desenvolvimentista no Brasil a partir da década de 1950, avaliando como esta se fundou a partir da teoria do desenvolvimento elaborada pela Cepal. Compreende a forma como este ideário se estruturou na sociedade brasileira nos governos de Juscelino Kubitschek, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel mostrando os seus principais pontos-chaves.

Palavras-chave: Ideologia desenvolvimentista. Desenvolvimento. Teoria do desenvolvimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A TEORIA CEPALINA DO DESENVOLVIMENTO E SUA INSERÇÃO NO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO	12
2.1 A perspectiva cepalina.....	12
2.2 As bases do desenvolvimentismo brasileiro na perspectiva isebiana.....	15
3 O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK E O DESENVOLVIMENTISMO À BRASILEIRA	21
4 O DESENVOLVIMENTISMO DOS GOVERNOS MLITARES	29
4.1 Os militares e a burguesia: suas atuações no cenário político e econômico brasileiro.....	31
4.2 As propostas do I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento.....	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Diferentemente do que reza o credo neoliberal que procura convencer que o processo de globalização é vantajoso para todos, o que se tem verificado é que as desigualdades existentes entre os países latino-americanos e os demais países que fazem parte do centro capitalista se aprofundaram ao longo das últimas décadas, embora a recente crise da dívida que se abateu sobre a União Européia, tenda a diminuí-las. Cabe, entretanto, observar que tais desigualdades econômico-sociais não podem ser creditadas apenas às políticas liberalizantes que se disseminaram no continente, sobretudo a partir dos anos 1990: elas foram construídas historicamente, em um processo que inseriu de forma subordinada a América Latina na divisão internacional do trabalho.

Entende-se que essa relação de subordinação tem como ponto de partida a expansão marítima empreendida pelos países europeus no século XV, com o objetivo de conquistar novas terras, novos mercados consumidores, devido às violentas crises ocorridas na Europa no século XIV, provocadas majoritariamente pela peste negra que devastou sua população. Inicia-se com isso a estruturação colonial do mundo, no qual os países europeus se configuram como metrópoles, estabelecendo com as colônias uma relação de dominação econômica, social e política. As colônias forneciam-lhes matérias-primas e as riquezas – ouro e prata -- que permitiram o desenvolvimento da manufatura e, mais tarde, do processo de industrialização. A partir daí, estruturaram-se economias baseadas na especialização agrícola e na exportação de produtos primários, configurando o que a literatura que trata do tema chama de subdesenvolvimento.

Nas décadas que se seguiram à 2ª Guerra Mundial verificou-se na América Latina uma explosão de estudos com o objetivo de analisar os motivos que produziam a desigualdade econômico-social entre os países do continente e aqueles do centro do capitalismo. Na tentativa de superar essa condição, intelectuais latino-americanos formularam um conjunto de conceitos que orientaram projetos capitalista-desenvolvimentistas no continente. Tais projetos estavam calcados no redirecionamento das políticas econômicas de modo a favorecer a atividade industrial. No caso brasileiro, associada às idéias de promoção do bem-estar, de soberania e identidade nacionais, a noção de desenvolvimento acabou por contribuir para a construção de um aparato ideológico – o chamado desenvolvimentismo – que à época justificou a formulação de políticas econômicas de recorte keynesiano, caracterizadas pela participação

direta do Estado não só no planejamento, como também na produção de bens e serviços sociais. Com isso, tentava-se inculcar na população a crença de que esse era o único caminho capaz de fazer convergir às trajetórias dos países periféricos com a das sociedades desenvolvidas.

Cabe ressaltar que a ideologia desenvolvimentista se difunde em uma conjuntura marcada por um novo ciclo de expansão do capitalismo para as regiões periféricas do mundo. Desse modo, ela se torna fundamental para integrar os países subdesenvolvidos à perspectiva econômica e política da hegemonia estadunidense, que neste período se via ameaçada diante da possibilidade da contaminação da América Latina pela revolução soviética. Desta forma:

Os grandes formuladores norte-americanos, artífices políticos dessa expansão, tinham clareza da necessidade de dispor de uma ideologia dentro da qual os países-alvo pudessem adotar como seu objetivo próprio, maior e imediato, a sua inserção naquela expansão capitalista sob a forma requerida pelo capital então hegemônico (CARDOSO, 2010).

O caso brasileiro é exemplar desse processo. Tendo como precursor as medidas de caráter desenvolvimentista do período varguista (1936-1945), foram implementadas no país a partir da segunda metade do século XX políticas econômicas visando promover um amplo crescimento do país. A promessa de prosperidade nelas contidas permitiu ampla adesão da população brasileira a essas políticas, aprovando-as nas urnas com a eleição de Juscelino Kubitschek em 1955. Como ele próprio afirmou no discurso proferido através do rádio, no qual fez um balanço dos primeiros seis meses de sua gestão: “Os ventos começam a ser propícios, o Brasil é uma Nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha” (KUBITSCHKEK, 1956)¹.

O governo JK foi marcado pela adesão às estratégias capitalista-desenvolvimentistas, baseadas na ampliação de toda aparelhagem econômica, no investimento de capital nacional, na flexibilização da entrada de capital estrangeiro e na inauguração da era da planificação econômica que acompanhou o país até o fim dos governos militares. O Plano de Metas, lançado em 1956, tinha como proposta ampliar a economia brasileira através da expansão da indústria e, principalmente, integrar as regiões brasileiras com a capital que seria construída no centro do país, ou seja, Brasília (MARANHÃO, 1981).

Além disso, durante a passagem de JK na presidência, foi fundado em 1955, o Iseb -- Instituto Superior de Estudos Brasileiro --, importante centro intelectual e político que tinha como um de seus objetivos formular um projeto orientado no sentido da superação do atraso

¹ Discursos – JK, apud CARDOSO, 1978 p. 194.

econômico brasileiro.

Em 1948, havia sido criado a Cepal -- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe --, centro de estudos que se responsabilizava por “monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana” (CEPAL, s/d). A Cepal também esteve no centro dos debates e, muitas vezes, das decisões econômicas tomadas pelos governos brasileiros entre os anos 1950 e 1960.

Mesmo com o fim do governo Kubitschek, o par desenvolvimento/modernização manteve-se presente no cenário brasileiro até meados da ditadura militar brasileira, ou mais precisamente, até o governo de Ernesto Geisel, período que o então presidente da república lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento², considerado o último grande programa econômico do ciclo desenvolvimentista. O Plano tinha como objetivo fortalecer o parque industrial brasileiro, “tornando-o mais autônomo e dotado de uma sólida indústria de insumos básicos e de bens de capital” (MANTEGA, 1997 p.5).

O desenvolvimentismo começa a entrar em colapso, no caso brasileiro, a partir dos anos 1980, devido ao esgarçamento dessa perspectiva provocado pela crise econômica mundial dos anos 1970, conseqüente à supervalorização do petróleo no Oriente Médio e, nesse contexto, à chamada crise da dívida externa, momento em que as idéias neoliberais³ começam a orientar as políticas econômicas e sociais – no país, sobretudo a partir dos anos 1990. Ressalte-se que alguns pensadores, como Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009) reagem a essa desvinculação total do pensamento desenvolvimentista do neoliberalismo, argumentando que durante o governo Lula, o Brasil teria adotado uma posição neodesenvolvimentista em suas políticas econômicas e sociais.

Além da relevância relacionada ao fato de que a teoria do desenvolvimento e o desenvolvimentismo terem orientado projetos de crescimento econômico e social nos países latino-americanos durante décadas, a possibilidade de aspectos de esse ideário permanecer de forma ressignificada, no Brasil em vigência das políticas de ajuste neoliberal, torna o estudo dessa teoria e ideologia importante para a compreensão adequada de mais de sete décadas de história de nosso país.

² É importante ressaltar que após a década de 1950 houve diversos programas que visavam fomentar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Isso não foi uma particularidade do PND.

³ Trata-se de um produto do liberalismo econômico que teve como principais defensores e formuladores, Friedrich Hayek e Milton Friedman. O projeto neoliberal, como já citado, tem suas bases no do liberalismo clássico. Suas principais diretrizes são o Estado mínimo e a livre concorrência entre os mercados.

Sendo assim, aborda-se nesta monografia a constituição da teoria cepalina do desenvolvimento e as principais idéias que a estruturam e suas repercussões no Brasil não só no que se refere ao ambiente acadêmico, como também no que diz respeito à ideologia desenvolvimentista. Para tanto, procura-se relacionar o pensamento isebiano com o cepalino, visto que ambos influenciaram-se reciprocamente. Face a isso, tornou-se necessário estudar os governos brasileiros que implementaram políticas de desenvolvimento econômico e social formuladas com base nas idéias dos intelectuais tanto da Cepal quanto do Iseb. Desta forma, entendeu-se indispensável refletir sobre o governo Juscelino Kubitschek, período em que políticas desenvolvimentistas foram executadas de forma enfática. Tentou-se compreender também os motivos que explicam o declínio do pensamento desenvolvimentista durante a década de 1970, analisando-se os esforços dos presidentes Emílio G. Médici e Ernesto Geisel através dos PND's (Plano Nacional de Desenvolvimento) para que as metas desenvolvimentistas não se esvaecessem.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas fontes primárias e secundárias (Evangelista, 2003), recorrendo-se à revisão bibliográfica sobre o tema estudado. Para tanto, foram tomados não só textos de referência como Furtado (1973), Toledo (2005), Maranhão (1981), Rodrigues (1992) e Cardoso (1978) entre outros, como também se foi realizada pesquisa bibliográfica através da internet. O resultado desse trabalho, efetuado dentro dos limites esperado de uma monografia de conclusão do ensino médio, encontra-se exposto a seguir.

2 A TEORIA CEPALINA DO DESENVOLVIMENTO E SUA INSERÇÃO NO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

2.1 A perspectiva cepalina

Ao abordar a questão da teoria cepalina do desenvolvimento, entende-se que é preciso primeiramente compreender o papel desta instituição diante da Organização das Nações Unidas, fundada em outubro de 1945. Logo após o fim da Guerra, alguns países, como a União Soviética, os Estados Unidos e Inglaterra redigiram a carta das Nações Unidas, estabelecendo que esse organismo internacional tratasse de assuntos referentes à paz mundial, à educação, à alimentação e facilitaria, por meio de órgãos específicos, o desenvolvimento dos países mais atrasados e afetados pela guerra

Em 1948, o Conselho Econômico e Social da ONU cria a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) com o objetivo de estimular a cooperação econômica entre os países membros, sob a liderança estadunidense. A Cepal logo se tornaria um importante centro de reflexão sobre as causas do subdesenvolvimento latino-americano e sobre como o desenvolvimento poderia ser atingido. A sua influência no Brasil atingiu o auge durante os anos 1950 e 1960, período em que tanto as idéias cepalinas quanto os intelectuais que faziam parte da instituição, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, estiveram presentes em muitos debates no Brasil sobre a futura trajetória econômica do país configurado subdesenvolvido (COLISTETE, 2001).

Ressalvadas as diferenças entre os diferentes autores que refletiram sobre o atraso econômico da América Latina e sua superação, é possível afirmar que todos partem das especificidades históricas das formações sociais latino-americanas. O passado colonial dos países do continente fez com que sofressem um retardamento econômico, ao contrário dos países desenvolvidos que promoveram a industrialização.

É possível afirmar também que um núcleo conceitual comum identifica o pensamento cepalino. A especialização primário-exportadora da América Latina é uma das idéias chaves na explicação do subdesenvolvimento latino-americano:

[...] as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia de empregar produtivamente o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento sustentado

dos salários reais (COLITESTE, 2001, p.23).

Ou seja, a baixa dinamicidade e a pouca diversificação da estrutura industrial desses países, fez com que se tornassem menos desenvolvidos que os países centrais. A falta de integração entre os setores e a dominância do setor primário exportador reproduzia o que seria interpretado pelos economistas cepalinos como baixo progresso técnico.

Outro ponto também comum aos pensadores cepalinos é que, segundo eles

[...] o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras (COLISTETE, 2001, p. 23).

Essas desvantagens provocariam “[...] uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados” (COLISTETE, 2001 p. 23).

Diante dos escritos de seus pensadores, percebe-se que as idéias difundidas pela Cepal “buscavam formar um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana, a qual encerra o ‘princípio normativo’ de que o Estado deve contribuir para o ordenamento do desenvolvimento econômico” (VIEIRA, 2007 p.236). Ou seja, as condições históricas da América Latina, assim como o Estado - visto como planejador desse desenvolvimento - estavam no centro do pensamento cepalino. __

A Cepal propunha um modelo de desenvolvimento via industrialização, considerada o elemento que articulava o progresso econômico, a civilização, a modernização e a democracia política dos países subdesenvolvidos. Além disso, o modelo industrial traria a superação da deterioração dos termos de troca que desfavoreciam os países periféricos em relação aos centrais. O Estado deveria intervir diretamente, no sentido de construir a infra-estrutura necessária ao incremento da industrialização, sobretudo das indústrias de bens de capital⁴, consideradas como aquelas que de fato são capazes de acelerar o processo de substituição de importações e, assim, tirar a América Latina da condição de continente subdesenvolvido. Enfim, o fato de o pensamento cepalino fincar suas bases na história e nas características reconhecidas como específicas da realidade latino-

⁴ Bens de capital é um conceito econômico que se refere à capacidade de produtos ou organismos tecnológicos produzirem progresso econômico. Sendo assim, são exemplos de bens de capital as máquinas, as fábricas, os equipamentos técnicos, entre outros.

americana, explica seus importantes impactos no pensamento econômico e nas políticas públicas de outros países do continente, inclusive o Brasil.

O principal centro de repercussão e de reflexão sobre as idéias da Cepal no Brasil dos anos 1950 foi o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), fundado em 1955, durante o governo Café Filho (1954-1955) ⁵. O Iseb começou a funcionar efetivamente durante o governo JK, para o qual contribuiu de forma decisiva na formulação de propostas que tinham como intuito mobilizar a população para defender projetos sociais e econômicos que viabilizassem um Brasil forte e que caminhasse rumo ao desenvolvimento.

O seu esforço teórico para explicar as causas do subdesenvolvimento brasileiro e de apresentar a industrialização como a única via capaz de conduzir ao desenvolvimento, configurando uma nova visão de mundo que apelava para a identidade nacional, acabou por servir de base à construção da ideologia nacional-desenvolvimentista, na tentativa de conquistar o apoio de todas as classes sociais (CARDOSO, 2010).

Conforme Vieira (2007) é através da ideologia que uma classe exerce poder hegemônico sobre as outras, garantindo o consentimento das grandes massas. Trazendo essa percepção teórica ao tema do desenvolvimentismo, a autora revela que a pretensão de desenvolver o Brasil era basicamente uma ambição da burguesia nacional. Contudo, para tanto, era necessário difundir no conjunto da sociedade brasileira a idéia de que o desenvolvimento nacional era necessário e aspiração de todos:

A burguesia, ao longo de toda a segunda metade do século XX, investiu em inculcar, no conjunto da sociedade brasileira, a idéia de que o desenvolvimento nacional era necessário e desejado. Tanto nas suas versões mais democráticas (o governo JK com a construção de Brasília, os 50 anos em 5 e o Plano de Metas é o exemplo mais bem acabado), quanto nas duas ditaduras (Estado Novo e depois os militares), o governo burguês trabalhou no imaginário social brasileiro a idéia do “nacional-desenvolvimentismo (VIEIRA, 2007 p. 245).

Observe-se que esta aspiração era também compartilhada por parte da intelectualidade brasileira que formou um centro de estudos, o Iseb, cujo objetivo era formular um projeto nacional para o desenvolvimento de acordo com a teoria do subdesenvolvimento cepalino. Esse grupo se “destaca na cena institucional ao assumir parte significativa da condução ideológica do projeto de desenvolvimento nacional pretendido” (SOUZA, 2009 p. 3). Cabe observar que

⁵ Café Filho assumiu provisoriamente a presidência da república após a morte de Getúlio Vargas. O Iseb possuiu pouca importância ideológica no seu governo, tornando-se mais enfático no período JK.

o nacional-desenvolvimentismo não se constituiu em um projeto unitário, apresentando diferenças significativas não só entre os intelectuais isebianos, como também conforme as medidas econômicas implementadas por diferentes governos.

2.2 As bases do desenvolvimentismo brasileiro na perspectiva isebiana

Para pensar em um Brasil que estava rumo ao desenvolvimento na década de 1950 e entender como a ideologia desenvolvimentista se fincava na nação brasileira, é necessário levar em conta que a corrente nacionalista foi uma das pioneiras na compreensão da sociedade brasileira. Em face disso, o Iseb -- Instituto Superior de Estudos Brasileiros--, sendo um dos maiores defensores do nacionalismo, foi um grande centro irradiador de estudos que visavam fortalecer e desenvolver os projetos de caráter nacional-desenvolvimentistas.

O Iseb, segundo Toledo (2005) foi formalmente constituído em 1955 por diversos pensadores brasileiros que vinham desde o final do governo Vargas, estudando a forma como o Brasil se inseria no contexto internacional. Buscava-se, em uma perspectiva histórica, formular idéias consideradas capazes de superar a marca do subdesenvolvimento. Esses intelectuais, segundo esse mesmo autor, não possuíam habilidades tecnocráticas⁶ nem mesmo políticas especiais: sua força estava nas idéias e não nas ações (TOLEDO, 2005).

As origens da instituição remontam ao Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos (Ibesp), criado em 1952 por intelectuais paulistanos e cariocas que se reunia em Itatiaia, cidade situada a meio caminho entre a capital paulista e a cidade do Rio de Janeiro, unidos pela preocupação com o subdesenvolvimento brasileiro e pela busca de alternativas para sua superação. Como afirma Oliveira (s/d), o grupo “formulou uma perspectiva nacionalista ocupada com o Terceiro Mundo, ou seja, postulou-se uma terceira posição entre os dois blocos em que se dividia o mundo durante a Guerra Fria”.

O Ibesp sobrevivia basicamente das contribuições dos seus membros e de seus parceiros. Os intelectuais que formavam essa instituição como, por exemplo, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes e Bresser-Pereira, não possuíam nenhum incentivo estatal para publicar as revistas do Instituto. Em 1955, por não ter mais como fazer frente às suas despesas, o IBESP passa a ser

⁶ A perspectiva tecnocrática prioriza as soluções técnicas, secundarizando os aspectos sociais e humanos (Rodrigues, 1992).

uma instituição pública, passando a ser financiado pelo Ministério da Educação. Desde então, o IBESP passou a ser o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Iseb.

Deve-se ressaltar que o grupo de intelectuais que formavam o Iseb compartilhava de posições ideológicas que se diferenciavam de certa forma. Enquanto alguns possuíam suas raízes no pensamento marxista, como por exemplo, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré, outros se associavam a correntes que criticavam a adoção de posturas extremamente esquerdistas e também radicalmente nacionalistas, como era o caso de Hélio Jaguaribe. Nesse sentido, o grupo não era homogêneo, porém todos, sem exceção, eram nacionalistas. Além disso, por mais que houvesse divergências quanto às pretensões ideológicas de cada membro isebiano, eles buscavam formular um projeto que gerasse o desenvolvimento social e industrial do país..

A partir dessa perspectiva dialética, ao mesmo tempo histórica e normativa, o pensamento do ISEB é essencialmente nacionalista. Nacionalismo não significa aqui rejeição ao estrangeiro, mas a constatação de que o desenvolvimento se realiza nos quadros nacionais, em um mercado ou a partir de um mercado nacional, e envolve, portanto, a afirmação do Estado nacional, que define as fronteiras e as instituições desse mercado. O que o ISEB pretendia é que o Brasil fosse tão nacionalista quanto são os países desenvolvidos. Que possuísse um Estado, uma elite política no governo e cidadãos na vida social tão capazes de defender os interesses nacionais quanto aqueles existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França (BRESSER-PEREIRA, 2004 p.59).

Como o pensamento isebiano compartilhava idéias e conceitos com a Cepal, sendo de certa forma baseado neles, os autores do Iseb⁷, partiam também “do pressuposto de que o desenvolvimento deveria ser o produto de uma estratégia nacional de industrialização” (BRESSER-PEREIRA, 2005 p. 204). “Dessa forma”, acrescenta Bresser-Pereira,

a perspectiva política do ISEB, centrada na idéia de revolução nacional, e a perspectiva econômica da CEPAL, fundada na crítica da teoria econômica neoclássica, somavam forças, forneciam uma base sólida, no início da década de 50, para que um poderoso e inovador grupo de intelectuais pensasse o Brasil e a América Latina (BRESSER-PEREIRA, 2004 p. 52).

A atuação da burguesia brasileira no projeto de crescimento econômico do país, considerando também a participação das outras classes sociais, era vista como fundamental.

⁷ O Iseb dispunha de uma modesta verba, concedida pelo Ministério da Educação, com a qual dava atendimento as suas principais necessidades: aluguel da sede, na Rua das Palmeiras, em Botafogo, honorários do diretor; salários de um pequeno número de funcionários; despensas correntes; e um fundo para publicações. Os professores trabalhavam gratuitamente. Além das publicações, o ISEB promovia cursos, conferências e outros eventos que abordavam os problemas econômicos e sociais brasileiros, fortalecendo assim uma corrente nacionalista que buscava defender projetos capitalistas nacionais a fim de alcançar o desenvolvimento e promover a melhoria da qualidade de vida da população, que nesse período sofria com a precarização da saúde e com a insuficiência dos investimentos do Estado na infraestrutura brasileira (JAGUARIBE, 2005).

Conforme se manifesta a respeito Jaguaribe (2005 p. 39), destacado isebiano:

A solução que nos pareceu viável naquele momento foi o projeto nacional-desenvolvimentista, que atribuía à burguesia nacional, em articulação com a classe operária e a classe média moderna, papel decisivo na mobilização de um esforço de desenvolvimento industrial encaminhado para um projeto nacional.

Isso porque acreditava-se que burguesia nacional, do ponto de vista econômico, provocaria um aumento na acumulação de capital e nas inovações tecnológicas, o que favoreceria a diminuição da desigualdade nos termos de troca e, do mesmo modo, a construção de um Brasil mais industrializado.

Cabe mencionar que, embora entre os isebianos houvesse influência da teoria marxista não se pensava em uma via socialista como alternativa ao subdesenvolvimento. Segundo Miglioli (2005 p. 67-68), a “idéia que predominava (porque havia variações) era a de um país econômica e politicamente independente de forças externas, voltado para o desenvolvimento socioeconômico, baseado em empresas nacionais”.

Para tanto, o Estado era entendido como responsável pelo planejamento econômico, devendo intervir de forma efetiva na economia, a fim de criar condições necessárias à aceleração e consolidação da industrialização do país. Ao Estado caberia também articular a relação da burguesia nacional com a classe trabalhadora. O pensamento isebiano apontava para a necessidade de construir um Estado-nação moderno, promotor da transição de um modelo comercial mercantil para um industrial. Isso tornaria possível a revolução nacional promovida pela “a associação em torno de um projeto de nação dos trabalhadores, da classe média, dos empresários e da burocracia detentora de conhecimento técnico e organizacional” (BRESSER-PEREIRA, 2004 p.58-59).

Não há dúvidas de que a teoria do desenvolvimento se constituiu em avanço em relação aos estudos que até então analisavam a questão do subdesenvolvimento/desenvolvimento. Conforme destacam Duarte e Gracioli (2007 p. 3),

Apesar de ter representado um avanço frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, suas propostas, além de pressupor a preservação das estruturas de poder existentes, se mantinha fiel à idéia de desenvolvimento enquanto um continuum, já que não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como aspectos qualitativamente distintos, mas apenas como representações diferenciadas em termos quantitativos do processo histórico de acumulação capitalista. Neste sentido, os ideólogos da CEPAL não estavam preocupados em resolver os

problemas resultantes do desenvolvimento capitalista - enquanto um processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda, a partir da concentração e centralização do capital; o que a Agência pretendia era colocar os países latino-americanos nos “rumos certos” desse desenvolvimento, de forma a diminuir as desigualdades existentes.

De acordo com esses mesmos autores (2007 p.3), o esforço realizado pelos teóricos do desenvolvimento, desde o início dos anos 1960, foi perdendo sua força explicativa “devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias” (idem, p.3). Novas explicações foram então buscadas, dando destaque as formulações que ficaram conhecidas como teoria da dependência, que para Santos (s/d p.9)

representou um esforço crítico para compreender a limitação de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte deles entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização.

Ainda que a teoria da dependência não seja objeto desta monografia, cabe referir, de forma resumida, os seus principais aspectos para que os questionamentos à teoria do desenvolvimento, que estão contidas nela, sejam compreendidos de maneira melhor. Assim, para os teóricos da dependência, a teoria do desenvolvimento não se constitui em uma crítica ao sistema capitalista, isto é

Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo (DUARTE; GRACIOLI, 2007 p.3).

Além disso, os dependentistas consideravam que a inserção subordinada dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho não poderia ser analisada apenas considerando os aspectos econômicos, visto que se configurava

também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional. (DUARTE; GRACIOLI, 2007 p.3)

Da mesma forma que os teóricos do desenvolvimento, os dependentistas não constituíam um bloco monolítico de pensamento, podendo ser agrupados em duas correntes principais, formuladas no ambiente universitário paulista: uma que propunha um “capitalismo associado-

dependente, liderada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e outra, de perspectiva marxista, cujo principal teórico foi Rui Mauro Marini (DUARTE; MIGLIOLI, 2007).

Cardoso e Faletto consideravam que a burguesia brasileira não havia se constituído de forma madura e que os países latino americanos não tinham poupança externa, restando como alternativa para o desenvolvimento a aliança com o capital externo. (BRESSER-PEREIRA, 2010). Marini já formulou uma interpretação marxista da dependência, considerando que pelo fato das economias do continente terem apresentado particularidades isso impedia que o capitalismo se desenvolvesse do mesmo modo que nos países centrais. Os autores que se alinhava com essa interpretação entendiam a dependência como

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual a economia de certos países está condicionada ao desenvolvimento e expansão de outras economias, de forma que os países centrais poderiam se autosustentar, enquanto que os países periféricos só poderiam expandir suas economias como um reflexo da expansão dos primeiros (DUARTE; MIGLIOLI, 2007 p.6).

Marini rejeitou a interpretação nacional burguesa da Cepal e do Iseb. Ele não acreditava na existência de uma burguesia nacional e considerava as elites latino-americanas responsáveis pelo subdesenvolvimento. O autor destacou também os efeitos da desigualdade dos termos de troca sobre os trabalhadores, considerando que eles estavam submetidos a relações de super-exploração. Considerava que os países latino-americanos passaram a integrar o sistema das trocas de maneira desigual, em posição subordinada, e que o futuro dos países da América Latina estava traçado no sentido da dependência, ou seja da

subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode significar, assim, mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000 [1973] p.109, apud CHINELLI, 2008 p.50).

Em resumo, Marini considerava que em função “da impossibilidade de uma burguesia nacional na América Latina, os trabalhadores não teriam escolha senão trabalhar pela revolução socialista” (BRESSER-PEREIRA, 2010 p.38).

Através dessa apresentação geral no que concerne à teoria do desenvolvimento e às críticas a ela formuladas pela teoria da dependência, torna-se necessário uma análise de como o projeto desenvolvimentista brasileiro, de base nacionalista, se estruturou, sobretudo no governo Juscelino Kubischek de Oliveira (1955-1959), profundamente marcado pelas idéias isebianas da

época.

3 O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK E O DESENVOLVIMENTISMO À BRASILEIRA

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) é dos mais paradigmáticos do Brasil com relação à ênfase dada aos projetos de cunho desenvolvimentista. Trata-se um período onde “todos os esforços foram intencionalmente dirigidos à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada” (LESSA, 1975 p.6) e no qual a ideologia desenvolvimentista se fincou na estrutura política econômica brasileira.

É necessário ressaltar que o projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb permitiu a JK estruturar sua plataforma política e econômica com base nas idéias formuladas por seus intelectuais, embora com algumas “modificações” em relação ao pensamento original. Essas peculiaridades serão abordadas ao longo deste capítulo.

Juscelino Kubitschek, que tomou posse como presidente da República em 31 de janeiro de 1956, após muita disputa entre os concorrentes, conquistou o povo com o seu estilo político nacionalista e com o seu discurso desenvolvimentista, o que para muitos políticos brasileiros era uma grande ameaça para a futura trajetória do país. Por mais que o nacional-desenvolvimentismo fosse uma corrente de pensamento em ascensão no Brasil, essas idéias estavam sob a mira de muitos políticos, de oficiais conservadores das Forças Armadas e de setores da burguesia nacional que viam no discurso nacionalista de JK, uma abertura para “supostas tendências esquerdizantes do presidente” (VICENTINO; DORIGO, 2001).

Juscelino tomou posse em um momento de comoção pública, pois Getúlio Vargas que durante os seus quinze anos de ditadura, que se mostrara o “Pai dos pobres” para a massa da população, havia se suicidado devido às pressões de parte de oficiais do exército e da oposição pedindo sua renúncia. Por não querer ceder o cargo, Getúlio Vargas se mata em 24 de agosto de 1954 no palácio do Catete com um tiro no coração, deixando um legado cujos seguidores provocaram grandes manifestações populares não só na capital, Rio de Janeiro, como também por todo o Brasil, “até hoje inigualadas. Emocionadas, milhares de pessoas saíram às ruas nas principais capitais, declarando seu luto e manifestando repúdio aos ‘assassinos de Vargas’” (RODRIGUES, 1992 p. 56).

Com o suicídio de Vargas, o vice-presidente João Fernandes Campos Café Filho assume a presidência temporariamente para que em 1956 fossem feitas as eleições para eleger o

futuro presidente do Brasil. Durante a sua curta gestão, Café Filho criou um governo em que predominaram políticos e militares mais vinculados ao partido da União Democrática Nacional (UDN).

Um de seus objetivos era a estabilização econômica. Eugênio Gudín, economista de visão liberal nomeado para o Ministério da Fazenda, seguia uma política antiestatizante e favorável à abertura do país ao capital estrangeiro, o que despertou várias críticas dos nacionalistas. “Gudín procurou controlar a inflação, contendo os salários, o que provocou inúmeras manifestações contra a carestia e greves como a de setembro de 1954” (RODRIGUES, 1992 p. 57).

O governo temporário de Café Filho deu lugar ao ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek que estabeleceu um estilo de governo. Ele, que era candidato da coligação PSD-PTB, sempre se mostrou “cordial, hábil e tolerantemente, manteve a ordem, modificou sem alterar, usou o poder sem violência e capitalizou simpatias com cada um de seus atos” (RODRIGUES, 1992 p. 61).

A visão otimista do país marcada pela perspectiva desenvolvimentista, o que lhe valeu o apelido de “presidente bossa-nova”, como era chamado, revolucionou o estilo de governar mudou a maneira de governar o país em relação ao período anterior. Seu estilo político, de caráter sobretudo populista, capturou da massa da população brasileira – e também dos estratos superiores dessa sociedade – a expectativa de crescimento social, político e econômico, tendo como lema a célebre frase “Cinquenta anos em Cinco”.

Em seus discursos, Juscelino sempre se utilizava de frases de efeito que provocavam na população um sentimento de grandiosidade e de esperança. “Os ventos começam a ser propícios, o Brasil é uma Nação que nasceu para ser poderosa. Nada deterá a nossa marcha.” (JK, apud CARDOSO, 1978, p. 194). Dessa forma, ele acabou projetando para essa população uma imagem do Brasil que deveria se diferenciar, a qualquer custo, da representação passada, ligada a uma nação majoritariamente agrária e atrasada. Tendo isso em vista, Juscelino elaborou um Plano de Metas – com orientação de Lucas Lopes e Roberto Campos – que deveria ser cumprido durante os cinco anos de seu mandato – surgindo assim a famosa frase “50 anos em 5”. Tratava-se de um programa que visava coordenar “a ação do Estado no estímulo a setores inteiros da economia, em geral na área industrial, mas com

grande ênfase naqueles ‘pontos de estrangulamento’ já detectados em relação à infraestrutura” (ALMEIDA, 2004 p. 8). A esse respeito, Carlos Lessa (1975 p.14) afirma que

Em fins de 1956, dando resposta ao quadro de tensões antes descrito, formulou o governo um ambicioso conjunto de objetivos setoriais, conhecido por Plano de Metas, que constitui a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país. Estes objetivos iriam servir durante os próximos cinco anos de norteio à política econômica e, em certos aspectos, ao longo de sua execução suas postulações iniciais foram superadas e seu caráter de política de desenvolvimento industrial confirmado.

O plano desenvolvimentista de Kubitschek possuía um conjunto de trinta objetivos que estavam divididos em cinco setores, conforme se segue:

- Energia: nuclear; elétrica; produção de petróleo; carvão mineral e refinamento de petróleo;
- Transportes: construção de rodovias e pavimentação; marinha mercante; construção de ferrovias e reparação; serviços de dragagens; serviços portuários e transportes aviários;
- Alimentação: matadouros industriais; frigoríficos; trigo; silos e armazéns; fertilizantes e mecanização da agricultura;
- Indústrias de base: indústrias automobilísticas; alumínio; siderurgia; álcalis; extração e exportação de minérios de ferro; construção naval; material elétrico; mecânica; cimento; celulose e papel; extração de borracha e metais não-ferrosos;
- Educação: investimento na formação de técnicos.

O que fica evidenciado no Plano, através desses setores prioritários para receber investimentos, é que a indústria de bens de consumo duráveis foi a que mereceu maior atenção frente a outros setores. Os investimentos do Estado mantiveram-se de certa forma restritos a indústria, pois o próprio Plano “conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada ao capital social básico de apoio a esta estrutura” (LESSA, 1975 p. 14). A educação, por exemplo, mereceu destaque apenas no que se refere à formação de trabalhadores técnicos com o objetivo de fazer frente às necessidades derivadas do maior crescimento econômico, ou seja, industrial, do país.

Deve-se ressaltar que o Estado juscelinista funcionou conforme o modelo nacional-

desenvolvimentista isebiano, ou seja, como estimulador e co-partícipe do desenvolvimento econômico. O Estado à época era principalmente planejador, pois “o planejamento, (...) racionaliza e orienta, permitindo a iniciativa privada mover-se mais facilmente no campo das decisões de investimentos” (CARDOSO, 1978 p.207). Caberia ao poder público estimular a economia investindo em áreas até consideradas não prioritárias, visando torná-las atraentes à iniciativa privada. Pode-se identificar como exemplo dessa perspectiva a atenção dada à infraestrutura rodoviária do país. O governo Kubitschek fez investimentos pesados na construção de rodovias com o objetivo de estimular a indústria automobilística, até então pouco significativa no contexto da economia brasileira.

Cabe, entretanto, observar que o governo JK não foi o primeiro a estimular e implementar políticas de desenvolvimento da indústria brasileira. Desde a década de 1930, Getúlio Vargas promovia políticas de substituição das importações, entendendo que as amarras que atrasavam o desenvolvimento econômico do país estavam relacionadas ao padrão de acumulação vigente à época, baseado em uma economia agrário-exportadora (MARANHÃO, 1981).

Até então, haviam-se desenvolvido no Brasil indústrias leves, ou de bens de consumo não duráveis, como por exemplo, têxteis e alimentos, sustentados no capital privado. Nos anos 1940 observam-se investimentos públicos na implementação de indústrias de base, como siderurgia e metal-mecânica.

Durante o período JK a indústria de consumo de bens duráveis estava quase sempre em mãos das empresas multinacionais, revelando que o desenvolvimento do país à época se deu em grande parte, com base em vultosos investimentos externos. Como exemplo dessa intenção, pode-se observar que o chefe da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), Otávio Gouveia de Bulhões permitiu a livre entrada de investimentos externos, em troca da importação pelo investidor de alguns equipamentos industriais aqui produzidos, conforme definido pelo governo brasileiro (MARANHÃO, 1981).

Isso significa que o nacional-desenvolvimentismo de JK não seguiu a risca o pensamento dos intelectuais nacionalistas que refletiam sobre o desenvolvimento do Brasil à época. O Iseb preconizava a atuação da burguesia nacional nos investimentos industriais. JK já insere uma grande parcela do capital externo, seja através de aplicações feitas

indiretamente ou a partir das instalações de empresas multinacionais no território brasileiro. O que se deve ressaltar é que de forma alguma o Instituto Superior de Estudos Brasileiros tinha como objetivo a rejeição do estrangeiro para que se pudesse se desenvolver. Assim é o que Bresser- Pereira (2005, p. 211) afirma, dizendo que

Nesse contexto, o nacionalismo de países em desenvolvimento que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, pensam em reduzir seu atraso em relação aos países ricos não significa rejeição do estrangeiro, nem mesmo correspondência da nação como Estado-nação, mas a ideologia da do Estado-nação, essencial ao desenvolvimento nacional.

De fato, o projeto de JK foi alvo de críticas em torno do fato de que geraria dependência do capital estrangeiro. Conforme Ricardo Maranhão essa prática de capitalização externa nos projetos de desenvolvimento nacional “mostra como este pode levar até o limite o equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista-desenvolvimentista e a realização de aberturas ao capital monopolista estrangeiro”, podendo-se_“observar que para a própria execução do Plano de Metas, Juscelino deveria dispor de dois tipos de recursos, basicamente: “emissões governamentais e financiamentos externos” (MARANHÃO, 1981 p. 56/58)

Isso significa que a perspectiva desenvolvimentista foi muito mais explorada por Juscelino do que o próprio tema do nacionalismo, de grande relevância naqueles anos. A postura de Kubitschek revela certo caráter oportunista do presidente, pois utilizava do discurso nacionalista sendo que, no entanto fazia com o que o Brasil passasse por um processo de implantação da dinâmica monopolista que estava submetida aos centros externos.

Contudo, os investimentos com o capital interno tornou-se um grande problema para o presidente Juscelino, pois uma das grandes questões daquele momento era o corte de gastos públicos para conter a onda inflacionária. Mesmo com as resistências da oposição, pelo fato da inflação estar muito alta, ele venceu este obstáculo assegurando que permanecesse na média de 13,5% anualmente. Com relação ao capital externo, JK teve grande dificuldade para obter empréstimos com o FMI -- Fundo Monetário Internacional --, pois este afirmava que a política econômica brasileira divergia dos padrões do Fundo. Entretanto, o presidente conseguiu obter investimentos de outras agências como, por exemplo, o Banco Import-Export de Washington que concedeu um empréstimo de 125 milhões de dólares para a renovação ferroviária e de dragagem dos portos (MARANHÃO, 1981).

Devidos os altos empréstimos que o Brasil contraiu durante o governo Juscelino, criou-

se uma dívida externa de valores absolutos desmedidos, o que provocou um grande aumento da inflação do país. Para contrabalançar seus efeitos, o governo lançou um Plano de Estabilização Monetária em 1958-1959, tendo como objetivo reduzir as despesas públicas. O Plano, entretanto, mostrou-se insuficiente para conter o a aceleração inflacionária (ALMEIDA, 2002), cuja crise daí derivada era considerada por Juscelino como “própria do crescimento” (RODRIGUES, 1992 p. 67).

Grande parte da alta onda inflacionária foi devida aos altos investimentos do governo na construção da nova capital do país. “A transferência da capital”, diz Coelho (1991, p. 195) “foi vista como a epopéia civilizatória, ato de conquista e posse da terra(...) Foi símbolo da cidade do século XXI, e ao mesmo tempo evocação das bandeiras e realização de um projeto secular”. O monopólio industrial, tecnológico e também político que se localizava basicamente na região sudeste do Brasil é abalado com a mudança da capital para o centro do país. Juscelino dessa forma tentava, ao centralizar o poder político no centro do país, facilitar a integração das regiões do território nacional. Em 1957 iniciaram-se as obras lideradas pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa no planalto central brasileiro.

O que pode se depreender dos efeitos da construção de Brasília é que o pacto populista entre a burguesia nacional e o proletariado não modificou as bases da estrutura social do país, não trazendo melhorias efetivas para a população. A classe proletária em geral via através do crescimento do Brasil, da construção de Brasília e da ascensão da ideologia desenvolvimentista uma forma de se alcançar vantagens econômicas imediatas. De fato, isso não ocorreu. Entretanto, é possível “identificar as possibilidades de elevação do padrão de vida numa perspectiva de mais longo prazo, que é de modo nenhum abstrata ou hipotética, mas se manifesta, na avaliação subjetiva e cotidiana de cada indivíduo, numa realidade de ascensão social” (COELHO, 1991 p.205).

Entende-se que estes anseios por uma melhoria de vida não estavam somente limitados à massa da população brasileira. O próprio governo juscelinista tinha como meta atingir as capacidades ou posição social de “progresso e bem-estar” em articulação com o próprio crescimento econômico a partir da industrialização do país.

O ano de 1960 marca o fim do governo juscelinista e das obras da nova capital. Neste período é possível observar as grandes manifestações populares, que festejavam não só a

construção de Brasília, mas sim as mudanças deixadas por Juscelino no Brasil. As conquistas econômicas realizadas nesse período de fato foram grandes; neste momento as construções ferroviárias tornaram-se mais do que constantes, tendo como exemplo, as Rodovias Régis Bittencourt e Fernão Dias. Na área industrial observa-se um amplo incentivo do governo nas indústrias de bens de consumo duráveis, como já foi citado anteriormente.

De fato, esses investimentos trouxeram desenvolvimento econômico. Entretanto, conforme Maranhão (1981 p.99), “JK havia esgotado as possibilidades de sucesso daquele estilo de desenvolvimento”. O Brasil cresceu neste período; os investimentos privados foram cada vez mais incentivados pelo Estado, mas as altas taxas da inflação no final do governo JK mostravam outra face do Brasil, ou seja, as

disparidades regionais, ligadas à coexistência orgânica de setores avançados da indústria de bens de consumo durável e de bens de capital, com bolsões de atraso e baixa produtividade, bem como à manutenção e crescimento da miséria no campo e sua transferência para as grandes cidades. (MARANHÃO, 1981 p. 99-100)

Dá margem também a uma interpretação de não satisfatoriedade completa do planejamento de desenvolvimento econômico e social do país. Segundo o próprio presidente “o objetivo do plano (de governo) é aumentar o padrão de vida do Povo”. A respeito, Miriam Limoeiro (1978, p.96-97) afirma que

Já aparece desde aqui se não propriamente uma imagem de igualdade social no futuro, no estado de desenvolvimento, pelo menos a idéia, esta então muito nítida, de que a prosperidade atingirá todo o Povo, de que o proveito será de todos. Mesmo que permanecesse a diferenciação social, não haveria mais nem regiões pobres, nem grupos pobres. Se o desenvolvimento é riqueza, conseguindo-se chegar até ele, não haverá mais pobreza.

Contudo, o Brasil, no período JK, não conseguiu de fato alcançar a erradicação da pobreza e da miséria através do desenvolvimentismo. Segundo Basbaum (1975, p.225) “O país pode ter enriquecido, como enriqueceram os milionários, os banqueiros, as grandes industriais e financistas, mas o povo empobreceu”. Sendo assim, não se pode afirmar que com o amplo crescimento econômico do Brasil a população tenha conquistado melhorias no seu padrão de vida. O autor completa que “a política de penetração do capital estrangeiro na economia brasileira criou déficits permanentes nas trocas cambiais pela evasão contínua de dólares [...]” (idem, 225). Sendo assim, essa política acabou desvalorizando o preço do cruzeiro, que era a moeda desse período, o que provocou “a baixa do salário real e a miséria crescente das populações mais pobres” (idem, 225).

Apesar do reduzido efeito de suas políticas nas condições de vida população brasileira, JK deixou o cargo de presidente sustentado em um “bom conceito de estadista, de construtor de Brasília, de democrata com grande prestígio popular” (MARANHÃO 1981 p. 101). Fica claro assim que os problemas econômicos provocados pela intensificação do padrão desenvolvimentista, como a alta inflação deixada por Juscelino, que ficou em torno de 30,9%, um percentual bem maior que 13,6% previstos por JK, foram deixados para os seus sucessores resolver através dos diversos planos econômicos elaborados a partir dos governos subseqüentes.

Em resumo, concordando com Maranhão (1981), o ideal desenvolvimentista elaborado pelos intelectuais isebianos, esgotou-se durante o governo de JK. Entretanto, é possível afirmar que durante o período da ditadura militar, os governantes deram continuidade políticas desenvolvimentista com forte viés nacionalista.

No início da década de 1960, assistiu-se à formação de um novo instituto que teve uma grande influência para o desencadeamento do golpe de 1964. O IPES, Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, irá “reorganizar” o Brasil através do esboço de um novo projeto político ideológico para a nação brasileira. A atuação desse novo Instituto será desenvolvida de forma mais detalhada no próximo capítulo deste trabalho.

4 O DESENVOLVIMENTISMO DOS GOVERNOS MILITARES

Entende-se que os governos que sucederam o período juscelinista tiveram grande dificuldade de dar continuidade ao discurso nacional-desenvolvimentista, elaborado pelo Iseb, primeiramente pelo fato deste ter de certa forma se esgotado com Kubitschek. Outro ponto que também corrobora e ratifica a decaída desse pensamento é o avanço, no início da década de 1960, de idéias que iam ao encontro de um discurso que enfatizava a expansão de um capitalismo multinacional e associado. Para Caio Navarro de Toledo, o nacional-desenvolvimentismo tem início e fim com o Governo Juscelino Kubitschek, mesmo que elaborado por uma instituição relativamente autônoma do governo (DOMINGOS, 2009).

Como foi explorado no primeiro capítulo, o pensamento isebiano “visava a fabricação da nação por meio da formulação de uma ideologia do desenvolvimento nacional” (TOLEDO, 2005 p. 145). Sendo assim, os objetivos do desenvolvimento seriam voltados somente ao crescimento da nação por meio da própria nação. Entretanto, nota-se que na fase de 1961 a 1964 ou do pré-golpe militar, surgiram instituições que tinham perspectivas ideológicas distintas do pensamento isebiano. O surgimento dessas instituições também se torna presente devido à acentuação do discurso de caráter mais esquerdista por parte dos isebianos, que, já em sua fase final, assume uma postura que enfatiza as reformas sociais e políticas, o que determina também uma mudança do discurso nacional-desenvolvimentista para o nacional-reformismo.

O nacional-reformismo surgiu no final da década de 1950, com base no nacional-desenvolvimentismo, enfatizando que “não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro”. (DOMINGOS, 2009 p. 303). Essa era a tese central desse novo olhar sobre o desenvolvimento brasileiro. O Iseb, na sua última fase (1962-1964), como também outros grupos de intelectuais, como por exemplo, a Frente Parlamentar Nacionalista, defendiam o nacional-reformismo por acreditarem que, desta forma, o Brasil poderia de fato melhorar as condições de vida da população.

Com relação às instituições que se apresentaram contra essa sustentação de caráter puramente reformista e esquerdista, têm-se os seguintes centros: IBAD e o IPES. O IBAD -- Instituto Brasileiro de Ação Democrática -- foi fundado em 1959 com o intuito de combater o

comunismo no Brasil e projetar o rumo do debate econômico e político do país. O IPES -- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais --, que passou a existir oficialmente em novembro de 1961, foi um centro que desenvolveu um pensamento de defesa de uma perspectiva do crescimento nacional a partir do capitalismo autóctone. Políticos de origem liberal-conservadora, a mídia brasileira e algumas entidades das classes empresariais, apoiaram e saudaram sua formação, visto que tinha por objetivo investir no desenvolvimento do país através da inserção no capitalismo internacional. O crescimento viria através do capitalismo autóctone, porém a longo prazo deveria ser feita uma associação entre os capitais externo e o interno.

O que se pode compreender nesse momento histórico do Brasil é que havia de fato uma luta ideológica entre o nacional-reformismo e a expectativa de desenvolvimento do IPES. A sociedade se via às voltas com duas formas de pensamento que em alguns pontos se assemelhavam -- como vai ser abordado mais a frente --, enquanto em outros se mostravam totalmente contrários e divergentes. Contudo, as relações que existiam entre eles estavam baseadas no posicionamento de caráter marcadamente anticomunista compartilhado por ambos os institutos.

O complexo IBAD/IPES apostava na associação entre a classe burguesa com a massa da população, o que em muito se assemelha ao pensamento inicial dos isebianos acerca da união entre a burguesia nacional com a classe proletária. Entretanto, pode-se observar a partir da discussão entre alguns pensadores da época, como por exemplo, Toledo (2005), quais eram de fato os pontos defendidos pelo complexo IBAD/IPES, já que este último, segundo o próprio Toledo, mascarava a sua real finalidade ideológica.

Ao contrário do ISEB, o IPES, desde o início, desenvolveu uma dupla vida política: uma *face pública* e uma *clandestina*. Como objetivos oficiais (“públicos”) da instituição, eram postulados a promoção da “educação cultural, moral e cívica dos indivíduos”, bem como o exercício da pesquisa objetiva e do livre debate, que deveriam implicar conclusões e propostas para o progresso econômico, o bem-estar social e o “fortalecimento do regime democrático” no Brasil (TOLEDO, 2005 p. 145).

Essa face “pública” do IPES muito se assemelha aos pontos defendidos pelo ISEB em suas primeiras declarações. Contudo, a face “clandestina” deste

encobria uma sofisticada e multifacética militância política, ideológica e militar [...] as operações *secretas* e *discretas* dessa burguesia insurrecional eram executadas por forças-tarefas especializadas e unidades de ação que, em autêntica

linguagem militar, chegavam a adotar codinomes para suas atividades extralegais.
(idem)

O que fica evidenciado a partir desta citação de Toledo é que a organização militar foi sem dúvida essencial para a execução das tarefas “clandestinas” ditadas pelo IPES a setores da burguesia nacional. Ela serviria para conter os rumores de uma iniciativa política mais densa no campo do nacional-reformismo através das “operações secretas e discretas” citadas anteriormente. Toledo define bem quais eram as etapas do processo de atuação político-ideológica do IPES:

[...] foram definidas duas etapas para a ação político-ideológica do IPES. A “elite orgânica” deveria assumir que – num primeiro estágio – caberia infundir nas classes dominantes e nas classes médias a idéia de *resistência* contra o governo Goulart e a convicção da necessidade de sua urgente derrocada. Para tal intento, os militares eram peças-chave na estratégia política do IPES. Numa segunda etapa, colocavam-se problemas de doutrinação e organização de um “bloco de poder burguês” que, na direção do Estado, deveria impor o capitalismo multinacional e associado e alguma forma de legitimidade popular (TOLEDO, 2005 p. 146).

Para apresentar de forma clara as diretrizes do projeto econômico e político do Brasil após o período juscelinista e da passagem rápida de Jânio Quadros neste cenário, faz-se necessário estudar a inserção da chamada elite orgânica da época no golpe militar.

4.1 Os militares e a burguesia: suas atuações no cenário político e econômico brasileiro

É notório que a atuação das forças armadas, ou dos militares, na história brasileira, deu-se de forma diferente nos diversos períodos da história do país. Na fase que vai de 1950 a 1964, o desempenho dos militares no cenário político foi canalizado para contribuir em projetos voltados para o desenvolvimento do país. O debate acerca do modelo econômico que deveria ser implementado no Brasil para que este pudesse se desenvolver foi crucial para a atuação divergente de algumas parcelas militares.

É possível identificar que na ascensão do modelo nacional-desenvolvimentista na década de 1950 uma grande parcela dos militares apoiou essa forma de desenvolvimento para o Brasil. Eles defendiam o desenvolvimento brasileiro por ver nele uma forma de “superar a pobreza ou reduzir a distância entre os países subdesenvolvidos e os países ricos, e de atingir a independência política e econômica através de um crescimento autosustentado” (SILVA, 2006 p.97). Os militares que sustentavam esse modelo eram vistos como nacionalistas da esquerda militar. Contudo, outra grande parcela dos militares que teve forte influência na vida política do país no período do pós-guerra, tinha suas bases ideológicas assentadas no

liberalismo conservador ou do liberalismo pró-americano de direita. Isso torna evidente que os militares não podem ser vistos como um grupo monolítico no decorrer da história brasileira, mas sim complexo e divergente de opiniões e pensamentos.

Com relação à década de 1960 observa-se que o grupo que se manifestou de forma eficaz atrelados ao pensamento do próprio núcleo IBAD/IPES foi o dos militares orientados para o liberalismo pró-americano. Eles defendiam a causa da segurança nacional na tentativa de conter o movimento pelas reformas sociais -- agrária, tributária, financeira e administrativa -- que cada vez mais se acentuava, sobretudo no governo Goulart. Dessa forma, a mobilização entre setores da burguesia e os militares foi crucial para que o golpe acontecesse em 31 de março de 1964.

A partir do momento em que a agenda dos militares incluiu o objetivo de criar as bases econômicas da defesa nacional através do desenvolvimento industrial, facções se organizaram dentro das forças armadas e se articularam com setores da sociedade civil, disputando a imposição de um modelo de desenvolvimento. O resultado final, mas não necessariamente perseguido desse envolvimento foi o movimento civil-militar de 1964 e a imposição de uma ditadura militar sem precedentes (SILVA, 2006 p. 92).

A derrubada do presidente João Belchior Marques Goulart deu início a um longo período da história brasileira que se caracterizou pelo autoritarismo sustentado na articulação da junta militar conservadora com amplos setores da burguesia nacional. Durante esse período viu-se a ascensão de diversos presidentes militares eleitos por um Colégio eleitoral composto pelos membros do Congresso nacional⁸. Isso significa que as forças armadas tinham como estratégia impor ao Congresso um militar com o objetivo de realizar a “limpeza” política e ideológica tão desejada seja pelas forças conservadoras do próprio aparato militar, seja pelo empresariado brasileiro.

A seguir são apresentados os planos econômicos, através dos quais, governos militares implementaram o que as forças armadas e os setores da burguesia que os apoiavam entendiam por desenvolvimento.

⁸ Em fevereiro de 1966 foi decretado o ato institucional nº 3 estabelecendo eleições indiretas para governador e para os municípios considerados de “segurança nacional”, incluindo todas as capitais. Em 1967, mediante o ato institucional nº4, foi promulgada uma nova Constituição. Nela mantinha-se o princípio federativo e os princípios dos atos institucionais – eleições indiretas para presidente e governadores.

4.2 As propostas do I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento

O I PND, que foi proposto em 4 de novembro de 1971 para os anos de 1972 a 1974 pelo presidente Emílio Garrastazu Médici juntamente com Alfredo Buzaid (ministro da Justiça), Adalberto de Barros Nunes (ministro da Marinha do Brasil), Orlando Geisel (ministro do exército), entre outros, é o marco da expansão desenvolvimentista no período militar. É importante ratificar que esse plano é avaliado como desenvolvimentista por apoiar investimentos nas áreas que deveriam alavancar a economia no sentido da superação do subdesenvolvimento. Isso significa que os investimentos eram feitos majoritariamente na área industrial. O nacional-desenvolvimentismo juscelinista havia terminado, mas a questão desenvolvimentista não, pelo contrário, ela continuava presente.

O desenvolvimentismo desse período, tanto como política econômica, quanto como ideologia tinha como justificativa elevar a economia brasileira aos patamares superiores da economia mundial e afastar idéias esquerdistas de intelectuais e políticos da época. O controle do país por militares conservadores vai assegurar a segurança nacional, afastando o inimigo comum do bloco capitalista mundial: o comunismo.

Ao apresentar o I PND, o presidente Medici afirma que o crescimento econômico permitiria ao Brasil ocupar a lista dos 10 países de maior PIB do mundo ocidental, projetando para o futuro ocupar a 8ª posição. O Plano apresenta objetivos internos e externos, significando que as estratégias de desenvolvimento do país deveriam acompanhar também a dinâmica do mercado exterior.

Dos objetivos nacionais, o programa frisa alguns pontos que marcam certo desacordo com o momento político vivido no Brasil. Como pode ser visto na página 6 do documento:

Para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao processo, o desenvolvimento pressupõe: - Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões. - Transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta. - Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático. - Segurança nacional, interna e externa (SENADO FEDERAL, 1971 p. 6).

O regime militar foi caracterizado pelo extremo autoritarismo, repressão de manifestações contrárias ao regime e cerceamento da liberdade individual, em contradição explícita com o que era apresentado no texto do Plano. A justificativa era que o

desenvolvimento econômico e social necessitaria de estabilidade política sob regime democrático, o que naquele momento de fato não ocorria.

O texto do Plano permite constatar a grande ênfase dada à preservação do setor privado e à sua articulação com o Governo. Isso mostra como era forte a participação da burguesia orgânica nas orientações das políticas econômicas do período. Essa importância fica evidenciada no texto do Plano, quando se destaca a “atuação eficiente do Governo, na administração direta, autarquias ou empresas governamentais, definindo suas tarefas com clareza e preservando a viabilidade e dinamismo do setor privado” (SENADO FEDERAL, 1971 p.2). O Plano também prevê políticas de desenvolvimento de tecnologia nacional, também consideradas estratégicas para a segurança nacional, em um mundo então dividido em dois blocos em constante disputa: o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, sob o controle da extinta URSS. A participação das empresas estrangeiras no Brasil foi considerada no Plano como possibilidade de o país se desenvolver em termos tecnológicos e conquistar novos mercados externos. Sendo assim

As empresas estrangeiras deverão orientar os seus investimentos, principalmente, para áreas de tecnologia mais refinada, onde se torne relevante à transferência, para o País, de nova tecnologia e métodos gerenciais modernos; é essencial que contribuam também para o balanço de pagamentos, promovendo exportações ou substituindo importações, atuando mais de modo complementar ao da empresa nacional (SENADO FEDERAL, 1971 p. 17).

Em linhas gerais, o I Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por objetivo um crescimento econômico vertiginoso através de investimentos externos, do planejamento industrial e de políticas de modernização tecnológica. Com tais medidas, se pretendia

(...) assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de integração, com articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores (SENADO FEDERAL, 1971 p. 2).

Fazendo-se uma avaliação do governo do general Emílio G. Médici, é possível dizer que durante este período a repressão e a tortura dos opositores chegassem a extremos, além de se ter instaurado a censura nos meios de comunicação. Mas, em relação às questões econômicas, o seu governo foi responsável pelo advento do chamado “milagre econômico” brasileiro.

Observa-se que este milagre de fato aconteceu devido ao ingresso maciço de capital

estrangeiro no Brasil, que só ocorreu devido à “estabilidade política” promovida pelos governos militares, firmemente comprometidos com o combate às esquerdas e com o desenvolvimento do país. Outro ponto que também pode ter contribuído para o “milagre” ter ocorrido foi a baixa taxa de juros praticada no mercado internacional no início dos anos 1970. Isso pode ser compreendido como uma estratégia de atração de investimentos externos para o fortalecimento da economia e assim ampliar as possibilidades de competir no mercado internacional:

A economia brasileira internacionalizava-se, em associação com o capital estrangeiro. O Estado brasileiro agora era responsável por intermediar as relações entre burguesia nacional e estrangeira. [...] A expansão econômica foi realmente espetacular, com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mantendo-se elevada a cada ano, e o governo não demorou em tirar proveito disso. Surgia o mito do Brasil potência, alimentado pelos *slogans* divulgados pela propaganda oficial: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil”, “Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou” (VICENTINO; DORIGO, 2001 p. 606).

Cabe assinalar, contudo, que as políticas econômicas implementadas pelo governo Médici tornaram o Brasil fortemente dependente do capital estrangeiro. Como a história relata, em 1973 ocorreu a grande crise do petróleo, o que apontou para o esgotamento do “milagre” econômico, visto que o Brasil naquele momento era dependente “da importação de mais de 80% do total do petróleo que consumia” (VICENTINO; DORIGO, 2001 p.607), o que comprometeu seriamente seu balanço de pagamentos e a produção industrial .

Foi nesse cenário econômico que o general Ernesto Geisel substituiu Médici em março de 1974. Geisel assume o Brasil com a tarefa de planejar as expectativas de desenvolvimento econômico, em um momento de crise e da alta onda inflacionária, além de promover a abertura política, já que o regime passava por um processo natural de desgaste. Já se havia completado “o décimo ano seguido de governos militares, fazendo com que os mesmos setores beneficiados pelo regime sentissem certa insatisfação” (VICENTINO; DORIGO, 2001 p. 606).

Em um contexto de crescentes dificuldades econômicas e políticas e do crescimento de movimentos que lutavam pela redemocratização do país, Geisel se viu diante da necessidade de iniciar a desmontagem do aparelho repressivo e iniciar abertura política. Com relação ao planejamento econômico, Geisel promoveu o II Plano Nacional de Desenvolvimento juntamente com outros gestores econômicos.

O período que vai de 1974 a 1979 foi marcado por uma série de acontecimentos importantes na vida econômica e política brasileira. Na esfera política, iniciava-se a distensão e o relaxamento dos rigores do autoritarismo que marcaram os Governos Médici e Costa e Silva, e despontava um novo movimento sindical. Na esfera econômica, empreendeu-se aquele que foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista em termos de repercussão e envergadura. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi, provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícia no país, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um pólo de insumos básicos e de bens de capital. Em meio aos problemas deixados pela ressaca do “milagre brasileiro”, João Paulo dos Reis Velloso, Mário Henrique Simonsen, Severo Gomes, entre outros gestores econômicos arquitetaram um programa de desenvolvimento extremamente ambicioso que contrariava as expectativas de vários analistas, para enfrentar o primeiro choque de petróleo e as adversidades da crise internacional (MANTEGA, 1997 p. 3).

O II PND pretendia implantar um conjunto ousado de projetos voltados para a produção de insumos básicos e de bens de capital, tendo, no entanto alcançado taxas de crescimento inferiores àquelas do milagre econômico, ou do I PND. O ajuste previsto neste segundo plano derivava da crise do petróleo. Por isso mesmo, o governo apostou no setor de bens de capital e insumos básicos, a fim de evitar as importações e, se possível, gerar novas frentes de exportação. Também na tentativa de tentar diminuir a dependência do país no que se refere ao petróleo importado do exterior, o Plano previu medidas que viabilizassem o aumento da produção interna do produto. Conforme consta do texto, “a perspectiva é de apreciável elevação da produção interna de petróleo nos próximos dois ou três anos, simplesmente a base dos campos já descobertos” (CONGRESSO NACIONAL, 1974 p. 17).

Além das já citadas, o plano propunha medidas que buscavam a consolidação de uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva para o país. Para tal intento, o plano previa investimentos nos 50 anos subseqüentes da ordem de Cr\$ 716 bilhões nas áreas de desenvolvimento científico e tecnológico, indústrias básicas e infra-estrutura econômica. É interessante ressaltar que 716 bilhões de cruzeiros ,se não aplicados, 37 anos depois, se reduziriam a meros 0,26 centavos de reais. Isso mostra o quão devastador era o poder da inflação naquele período, que estimava estar a 34,5% anualmente.

Com relação à integração na economia mundial, foram propostas medidas que visavam “a conquista de mercados externos, principalmente para manufaturados e produtos primários não tradicionais (agrícolas e minerais)” (CONGRESSO NACIONAL, 1974 p. 19). É possível observar que a relação de exportador de bens primários ainda mantinha presente na realidade brasileira. Como foi visto no primeiro capítulo, as idéias cepalinas afirmavam que um dos grandes motivos da subordinação do Brasil frente aos países do capitalismo central era a deterioração dos termos de troca. Para que o país saísse de uma posição subalterna era necessário quebrar essa posição de país exportador de produtos primários. Entretanto, conforme anteriormente apontado, o II Plano Nacional de Desenvolvimento não conseguiu atingir tal objetivo

Por isso mesmo, pode-se afirmar que as diretrizes de crescimento e investimentos em longo prazo previstos nos planos de desenvolvimento durante o regime militar, não corresponderam adequadamente à perspectiva desenvolvimentista adotada pelos governos da época. Ao final do governo de Geisel, o país vivia em um período de intensa crise, “provocada pela segunda crise internacional do petróleo em 1979, que acarretou em um desequilíbrio nas contas externas e, principalmente, uma diminuição no fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil” (VICENTINO; DORIGO, 2001 p 609). A partir daí, o Brasil começou a viver uma fase de estagflação, isto é estagnação econômica juntamente com a inflação, que só fazia crescer com o passar dos anos.

Tudo isso aponta para o fato de que durante o governo Geisel haviam-se aprofundado as deformidades da economia brasileira.

O intervencionismo estatal atingiu o seu auge, bem como a política das obras faraônicas. A combinação entre empresas estatais e autoritarismo político mostrou-se catastrófica, na medida em que, muitas vezes, os vastos recursos dirigidos a essas empresas acabavam em mãos de particulares, não existindo qualquer controle da sociedade civil sobre o setor público. [...] Assim, as empresas estatais começaram a combinar excessivos gastos com pessoal e ineficiente econômica, gerando mais tarde, a convicção de que, generalizadamente, empresas estatais são pouco eficientes e precisam ser privatizadas. Os custos públicos dessa ineficiência eram atendidos com emissões de papel-moeda ou então com bem remunerados empréstimos feitos ao governo, favorecendo instituições financeiras (bancos), que ganhavam com o processo (VICENTINO; DORIGO, 2001 p.610)

Diante dessa situação de colapso econômico e também político, o presidente João Batista Figueiredo que substituiu Geisel estimulou, através da proposta do economista Antônio Delfim Netto, as exportações, para assim conseguir dólares para manter em dia o

pagamento dos juros da dívida externa, que chegava a valores absurdos. No entanto, essa prática de reter dólares e pagar a dívida, associada às grandes remessas de divisas para o pagamento dos exportadores, não favorecia os brasileiros, crescendo cada vez mais o descontentamento com o regime. Primeiramente porque se viam presos a uma dívida que não foi provocada por eles, mas sim pela forma como de há muito vinha sendo conduzida a economia brasileira. Em segundo lugar, porque a volumosa emissão de moeda para o pagamento dos exportadores fazia aumentar a inflação, que naquele momento era considerada um dos maiores “monstros” da economia brasileira.

Durante o governo Figueiredo (1979-1985), país enfrentou grave crise econômica e social. Greves, reivindicações políticas a favor da democracia e da reforma partidária estavam na ordem do dia. Entretanto a sociedade brasileira alcançou de fato a sua liberdade política com as eleições diretas de 1990. Após a ascensão de Collor ao posto de presidente, a economia política brasileira toma um novo rumo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, foi possível inferir que a ideologia desenvolvimentista tornou-se hegemônica na política econômica brasileira durante os governos estudados devido à importância e legitimidade da conceituação da Teoria do desenvolvimento da Cepal. Esta teoria deu início à formação do desenvolvimentismo no Brasil que se estruturou de forma bastante consolidada até certo período histórico. Isso revela, de certa maneira, a força que as bases teóricas da Cepal possuíam no século XX.

Porém, o desenvolvimentismo brasileiro não foi um projeto baseado somente nas idéias cepalinas e isebianas. Estava também diretamente relacionado à dinâmica político-econômica externa. Na verdade, as políticas desenvolvimentistas acabaram por atender ao capital externo hegemônico que atravessou as esperanças de crescimento dos países subdesenvolvidos, fazendo, com que estes aceitassem a idéia de que o projeto no qual trabalhavam procurava de fato o crescimento do país.

Enquanto intelectuais e políticos nacional-desenvolvimentistas defendiam transformações no campo social, aderindo-se ao nacional reformismo, organismos externos se vinculavam a parcelas da burguesia nacional que não concordavam com o rumo que os intelectuais brasileiros pretendiam tomar, para assim, juntamente com os grupos militares pró-americanos forjarem um golpe de Estado. Isso demonstra claramente que os objetivos externos encobriram a ideologia desenvolvimentista nacional.

Na verdade, como foi apontado nos capítulos desta monografia, o desenvolvimentismo se constituiu em uma nova forma de expansão do capitalismo, sob o lema de recuperação do atraso econômico. Portanto, mesmo que se consideram as mudanças acarretadas pela perspectiva desenvolvimentistas, é importante destacar que elas estavam também relacionadas à posição ocupava o país no contexto internacional.

O projeto nacional-desenvolvimentista do Iseb que preconizava relações entre a burguesia nacional e a massa da população, não se estruturou de forma enérgica. No período juscelinista, a aliança idealizada entre estes não modificou de maneira representativa a vida da população brasileira. Já quanto à estrutura econômica do país, os saldos de crescimento foram grandes, porém suas conseqüências negativas como a alta inflação e o grande aumento da

dívida externa, sobrepuseram-se ao ideário desenvolvimentista de JK.

No período militar, ocorreram algumas mudanças no discurso e nas práticas desenvolvimentistas brasileiras. Essas mudanças, entretanto, não geraram melhorias no padrão de vida da população. O governo Médici mostrou-se como um dos mais autoritários durante o regime militar, mesmo sendo aquele em que ocorreu o chamado “milagre econômico”. Na verdade, Geisel já no final da ditadura militar pode ser considerado como um dos presidentes do período que mais buscou abrir as portas do Brasil para a democracia, regendo assim o fim do regime militar que já se encontrava desgastado na época.

O fim do governo Geisel e do II Plano Nacional de Desenvolvimento mostra o enfraquecimento e esgotamento do discurso desenvolvimentista no Brasil. A série de complicações econômicas no campo global e também interno, mostrava que esse sistema ideológico econômico não dava conta da complexidade dos problemas sociais e econômicos então enfrentados pelo país, sendo substituído na década de 1990, após a gravíssima crise dos anos 1980, pelo ideário neoliberal.

Entretanto, há algumas visões como a de Bresser-Pereira que tendem a afirmar que o Brasil, sob o comando do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), procurou enfrentar os problemas do país sob uma perspectiva de caráter desenvolvimentista que o autor denomina de neo-desenvolvimentismo.

Segundo o cientista político José Luís Fiori (2011) o neo-desenvolvimentismo brasileiro e também Latino-Americano assumiu os mesmos erros teóricos e ideológicos do desenvolvimentismo da década de 1950. Estes estão esboçados de maneira mais sucinta em sua própria fala:

Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações.

Mesmo que baseada em contradições ideológicas e até mesmo em erros teóricos, o desenvolvimentismo ainda se faz presente na política nacional brasileira. Isso demonstra a

força e a expressividade de uma teoria, ideologia e política de mais de meio século de formação, que a cada governo se transforma e se adapta as novas realidades nacionais e externas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica.** Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf>> Acesso em: 15 agosto 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Texto Integral de Norma Jurídica.** Brasília, 1971. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5727&tipo_norma=LEI&data=19711104&link=s> Acesso em: 10 maio. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito do ISEB rediscutido.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n°1, p.49-84, 2004.

_____. DO ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil.** A experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan, 2005. p. 201-232.

_____; DINIZ, Eli. **Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político.** Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.Empresariado_industrial_democracia_poder_politico.pdf> Acesso em: 10 julho. 2011.

_____. **As três interpretações da dependência.** Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf> Acesso em: 30 novembro 2011.

CEPAL. **O que é a Cepal?** Disponível em <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>> Acesso em: 24 junho. 2011.

CHINELLI, Filippina. **Trabalhadores ou “colaboradores”?** Estudo sobre as transformações no treinamento para o trabalho. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação, UFF, 2008.

COELHO, Marcelo. **O Lugar das ilusões: Brasília e os paradoxos do desenvolvimentismo.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a11n23.pdf>> Acesso em: 5 dezembro 2011.

COLISTETE, Renato. **O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.** Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, v. 15, n. 41, p. 21-34, janeiro/abril 2001.

CONGRESSO NACIONAL, **Publicada no diário oficial, de 6 de dezembro de 1974.** Disponível em <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/5bd/2br/3plans/1974II-PND/pdf/II-PND.pdf> Acesso em: 10 maio 2011.

DUARTE, Pedro H. Evangelista; GRACIOLLi, Edílson José. **A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina.** In: V Colóquio Marx e

Engels, 2007, Campinas. V Colóquio Marx e Engels, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em 05 novembro 2011.

DOMINGOS, Charles. **O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964):** um conceito em transformação. Anos 90, Porto Alegre, v. 16, n. 29, p. 293-313, jul. 2009.

FIORI, José. **A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’.** Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334> Acesso em: 16 jan. 2012.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil.** A experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan, 2005. p.12-42.

CARDOSO, Miriam. **Ideologia do Desenvolvimento no Brasil: JK-JQ.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** São Paulo: Brasiliense, 1975.

MANTEGA, Guido. **O Governo Geisel, o II PND e os Economistas.** Disponível em <http://eaesp.fgv.br/AppData/GVPesquisa/P00163_1.pdf> Acesso em: 14 nov. 2011.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil.** A experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan, 2005. p. 59-76.

RIBEIRO, Carine. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento segundo Celso Furtado:** Influência no debate sobre a questão regional brasileira. Florianópolis: UFSC, 2010.

RODRIGUES, Marly. **A década de 50: Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

SANTOS, Theotônio. **A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico.** Disponível em <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 02 outubro de 2011.

SILVA, Lígia. **Desenvolvimentismo e intervencionismo militar.** Disponível em <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.07.pdf>> Acesso em: 02 novembro 2011.

SOUZA, Edson. **O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo:** A intelligentsia brasileira nos anos 50. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h563.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2011.

TOLEDO, Caio. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: TOLEDO, C. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil.** A experiência do ISEB. Rio de Janeiro, Revan,

2005. p.137-164.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: História Geral e do Brasil**. São Paulo, Scipione, 2001.

VIEIRA, Flávia. **América Latina, Desenvolvimento e Ideologia**. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p. 227–254, fev / 2007.